



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO - DELEMIG/DREX/SR/PF/RR

Decisão nº 12780976/2019-DELEMIG/DREX/SR/PF/RR

Processo: 08485.025066/2019-37

Assunto: **Decisão de Auto de Infração**

1. Trata-se de auto de infração e notificação levado a efeito pela DELEMIG/DREX/SR/PF/RR, em 14 de setembro de 2018, em desfavor de **RANDY JESUS PERALES PEREIRA**, nacional da Venezuela, cédula de identidade nº V30609158, nascido em 05 de novembro de 2002, filho de Randy Jesus Perales Ramirez e Marilene Viana Pereira.
2. Das pesquisas que determinei proceder, bem como daquilo que consta no auto de infração, verifica-se que o estrangeiro era menor de idade à época da lavratura da referida autuação. Ademais, observa-se que estava acompanhado pela mãe, Sra Marilene Viana Pereira, que inclusive assinou o auto de infração na condição de testemunha.
3. Dessa forma, para fins de análise da higidez jurídica do ato administrativo em questão, convém trazer a baila o teor da Mensagem Oficial Circular nº02/2018- CGPI/DIREX/PF. Nos termos da referida MOC, “*a Polícia Federal, em todo o território nacional, deverá se abster de lavar autos de infração contra crianças e adolescentes pela permanência irregular no Brasil, ressalvados os casos daqueles que ingressarem e permanecerem aqui a revelia dos pais, e ainda, anular os autos de infração já lavrados contra crianças e adolescentes, observando o mesmo fundamento e ressalva*”
4. Nesse sentido, o auto de infração e notificação, objeto deste processo administrativo, possui vício incorrigível, pois que destoa da normatização legal pertinente à matéria, uma vez que figura no polo passivo da autuação estrangeiro menor, que ingressara em território nacional juntamente com seus pais.
5. Nessa linha de pensar, à administração cabe a autotutela de seus atos e, como bem pontuado pela doutrina:

“pela autotutela o controle se exerce sobre os próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário. É uma decorrência do princípio da legalidade; se a Administração Pública está sujeita à lei, cabe-lhe, evidentemente, o controle da legalidade. (DI PIETRO, 2017)
6. A Suprema corte também consagrou o princípio da autotutela através da Súmula nº 346, “*a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos*”; e através da Súmula de nº 473, “*a administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial*”, do que se conclui pela possibilidade jurídica da anulação, pela própria administração, daqueles atos administrativos eivados de vício.
7. No caso em comento, vislumbra-se vício que macula o ato administrativo, e por sua vez se amolda a essa possibilidade jurídica colacionada.
8. Ante o exposto, verifico fundamento capaz de **anular o auto de infração e notificação N° 0875_00595_2018 da DELEMIG/DREX/SR/PF/RR** e afastar a multa aplicada, por vício constante do ato

administrativo.

9. **DETERMINO** ainda que se promovam as devidas movimentações e anotações, inclusive os trâmites para publicação da presente decisão. Dê se a publicidade preconizada em lei e instrução normativa institucional.

MARCOS DE AGUIAR RIBEIRO
Delegado de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/RR



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS DE AGUIAR RIBEIRO, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 30/10/2019, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12780976** e o código CRC **362DA031**.

Referência: Processo nº 08485.025066/2019-37

SEI nº 12780976